

**O Canto da Lua:
audiovisual, cultura, identidade e política**

***El Canto de la Luna:
audiovisual, cultura, identidad y política***

Verbena Córdula ALMEIDA¹

Resumo

A luta indígena contemporânea ultrapassa a defesa do território físico e alcança dimensões simbólicas e comunicativas, especialmente por meio do uso do cinema e das mídias digitais. Essas ferramentas ampliam o alcance das reivindicações, fortalecem redes de solidariedade transnacionais e contribuem para a educação ambiental e o reconhecimento das injustiças históricas na América Latina. Nesse contexto, o curta-metragem O Canto da Lua, produzido pelo povo Tupinambá de Olivença (Bahia), propõe uma reflexão sobre cultura, política e meio ambiente. A narrativa apresenta uma aldeia que perde sua conexão com a natureza devido à hiperconectividade digital, simbolizando o afastamento dos saberes ancestrais, posteriormente resgatados pela figura da lua.

Palavras-chave: Curta-metragem. Protagonismo indígena. Política. Cultura.

Resumen

La lucha indígena contemporánea trasciende la defensa del territorio físico y alcanza dimensiones simbólicas y comunicativas, especialmente mediante el uso del cine y de los medios digitales. Estas herramientas amplían el alcance de las reivindicaciones, fortalecen redes de solidaridad transnacionales y contribuyen a la educación ambiental y al reconocimiento de las injusticias históricas en América Latina. En este contexto, el cortometraje O Canto da Lua, producido por el pueblo Tupinambá de Olivença (Bahía), propone una reflexión sobre cultura, política y medio ambiente. La narrativa presenta una aldea que pierde su conexión con la naturaleza debido a la hiperconectividad digital, simbolizando el alejamiento de los saberes ancestrales, posteriormente recuperados por la figura de la luna.

Palabras clave: Cortometraje. Protagonismo indígena. Política. Cultura.

¹ Doutora em História e Comunicação no Mundo Contemporâneo pela Universidad Complutense de Madrid (UCM). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: vcalmeida@uesc.br

Introdução

As populações indígenas da América Latina enfrentam, historicamente, uma situação marcada por diferentes formas de violência — tanto concreta quanto simbólica — e pela constante pressão sobre seus territórios. A região abriga centenas de povos indígenas, com milhares de línguas e cosmologias diversas, que, apesar de suas diferenças, compartilham desafios semelhantes: o avanço do agronegócio, a exploração de recursos naturais, projetos de infraestrutura e políticas públicas que nem sempre respeitam seus direitos. Esse cenário tem provocado a perda de terras, impactos ambientais significativos e ameaças à segurança física e cultural desses povos, configurando uma situação de vulnerabilidade social e política.

Diante desse contexto adverso, os povos indígenas têm buscado estratégias de resistência e de visibilidade. Movimentos organizados, conselhos indígenas, associações e redes sociais têm sido utilizados como dispositivos de mobilização e *advocacy*, permitindo que suas vozes sejam ouvidas em espaços políticos e públicos. Além disso, a produção cultural e audiovisual emerge como um instrumento fundamental para difundir suas narrativas, sensibilizar a sociedade e fortalecer a identidade coletiva. Filmes, documentários e animações protagonizados por indígenas, para além de registrarem sua memória e cosmologia, também constroem discursos que dialogam com públicos urbanos e internacionais, subvertendo estereótipos e afirmando protagonismo cultural (Escobar, 2018).

Ao utilizar mídias contemporâneas — incluindo cinema e redes digitais —, os povos indígenas ampliam o impacto de suas reivindicações e fortalecem redes de solidariedade que atravessam fronteiras nacionais. Essa presença no espaço público resgata práticas culturais ameaçadas, mas, sobretudo, contribui para a educação ambiental e para a construção de uma sociedade mais consciente das injustiças históricas e da diversidade cultural da América Latina. Por meio do audiovisual, os indígenas relatam suas dificuldades, e também constroem uma ponte de diálogo com a sociedade, reafirmando seu papel ativo na construção de futuros possíveis.

É nesse contexto que se insere o curta-metragem *O Canto da Lua*, produzido pelo povo Tupinambá de Olivença (Bahia), em 2025. Sob a direção de Sebastián Gerlic e o apoio da ONG Thydêwá, a produção de 12 minutos de duração propõe uma reflexão profunda sobre as interações entre cultura, política e meio ambiente. A narrativa gira em torno de uma aldeia que perde a conexão com a natureza devido à hiperconectividade

digital, e do retorno da sabedoria ancestral simbolizado pela lua. O presente artigo busca analisar o referido filme a partir de uma abordagem qualitativa, centrada na interpretação crítica dos conteúdos culturais, políticos e ecológicos presentes na obra.

O estudo articula diferentes dimensões da narrativa audiovisual, examinando a representação da cultura Tupinambá, as estratégias de resistência política e as reflexões sobre a relação com a Natureza. O recorte metodológico considerou aspectos como enredo, estética, recursos técnicos, símbolos e práticas culturais retratadas, buscando compreender como a obra constrói sentidos que vão além do plano estético, funcionando como instrumento de afirmação identitária e mobilização social.

Os referenciais teóricos foram selecionados para promover o diálogo entre diferentes perspectivas. A dimensão cultural fundamenta-se em Stuart Hall (1997), ao compreender identidades como processos de resistência e negociação simbólica. A abordagem política apoia-se em Paulo Freire (1987), que entende a produção cultural como prática de libertação, e em Ailton Krenak (2019), que ressalta a autonomia indígena e a preservação dos modos de vida ancestrais. Já a análise ecológica baseia-se em Martinez-Alier (2002) e na ecologia política, articulando desigualdades sociais, exploração ambiental e saberes tradicionais para evidenciar como o curta integra cultura, política e ecologia.

Lutas e desafios do povo Tupinambá de Olivença

A comunidade Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, avançou parcialmente em sua longa luta pela demarcação da Terra Indígena após mais de 15 anos de paralisação administrativa. O relatório antropológico já havia sido aprovado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em 2009, mas o processo permaneceu por anos sem a Portaria declaratória do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em 2025, o governo federal anunciou a publicação da Portaria declaratória reconhecendo oficialmente cerca de 47 mil hectares como território tradicional Tupinambá, representando um passo decisivo para a regularização fundiária.

Apesar desse avanço formal, persistem desafios significativos, como conflitos fundiários com fazendeiros e empreendimentos turísticos, ações judiciais contestando a demarcação e tensões relacionadas à aplicação da Lei do Marco Temporal. Lideranças Tupinambá continuam mobilizadas politicamente, inclusive com articulações em Brasília

e acompanhamento de ações no Supremo Tribunal Federal, buscando garantir a efetiva implementação da demarcação e a proteção do território contra invasões e pressões econômicas.

A situação tornou-se ainda mais complexa com a proposta do Marco Temporal, defendido por setores do Poder Judiciário e do Congresso Nacional, que condiciona o direito às terras indígenas à comprovação da ocupação em 5 de outubro de 1988. Essa interpretação ameaça a retomada de territórios tradicionalmente ocupados, aumentando o risco de conflitos fundiários, invasões e violência contra os Tupinambá, que continuam a viver e cultivar suas práticas culturais na região (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2022).

Em resposta aos desafios, os Tupinambá de Olivença desenvolvem estratégias de resistência e visibilidade nos âmbitos local, nacional e internacional. A “Caminhada dos Mártires”, realizada anualmente, rememora o massacre de 1559 e fortalece a memória coletiva e a identidade cultural. A produção audiovisual também é central nesse processo, com filmes e documentários como *O Canto da Lua*, que dão visibilidade às demandas e aos saberes tradicionais. Esses recursos ampliam o diálogo com públicos urbanos, acadêmicos e internacionais, rompem estereótipos e reforçam a legitimidade das reivindicações, em consonância com teorias de comunicação intercultural e resistência cultural (Escobar, 2018).

Essas estratégias refletem uma compreensão ampliada de resistência indígena, já que não se trata tão somente de proteger o território físico, mas de preservar modos de vida, saberes ancestrais e práticas culturais, além de promover a educação ambiental e a conscientização da sociedade sobre a importância da diversidade cultural e ecológica. Nesse contexto, a luta Tupinambá exemplifica a interconexão entre direitos humanos, preservação ambiental e afirmação cultural em meio às pressões de um Estado e de setores econômicos que frequentemente priorizam o lucro em detrimento dos direitos constitucionais (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2022; Martinez-Alier, 2002).

Dimensão cultural de *O Canto da Lua*

O curta-metragem *O Canto da Lua* foi produzido pelo povo Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, com direção de Sebastián Gerlic e apoio da ONG Thydêwá, e lançado em 2025. O filme utiliza a estética da animação digital inspirada em anime

japonês, incorporando filmagens realizadas com celulares e transformadas digitalmente, além de elementos culturais típicos da comunidade Tupinambá, como cantos, rituais e simbologia da natureza. A obra conta com recursos de acessibilidade, incluindo legendas, tradução em Libras, audiodescrição e legendas em inglês e espanhol, tornando-se acessível a diferentes públicos.

Figura 1- Cena de abertura do curta



Fonte: YouTube²

O enredo se passa em uma aldeia Tupinambá na qual a conexão com a natureza está se perdendo devido ao uso excessivo de tecnologias digitais. A lua — símbolo da sabedoria ancestral e da ligação com os ciclos naturais — desaparece, causando desequilíbrio na comunidade. A narrativa acompanha os esforços dos anciãos e do pajé para restaurar a harmonia entre os moradores e o ambiente, enfatizando a importância da transmissão de saberes tradicionais e da preservação cultural.

O filme foi exibido em diversas aldeias Tupinambá, na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e em festivais — como o Festival do Fogo Sagrado —, além de estar disponível para o público geral no *YouTube*, pelo canal Mensagens da Terra. A obra combina estética contemporânea e tradições culturais, oferecendo uma experiência audiovisual que aproxima o público da cosmovisão Tupinambá e de reflexões sobre a relação entre seres humanos, tecnologia e natureza.

No plano cultural, o filme destaca a transmissão intergeracional e a preservação dos saberes indígenas. Conforme Stuart Hall (1997), a cultura constitui um campo

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vwxyzkQPKn7c>

dinâmico de significação e resistência, no qual identidades são continuamente negociadas, sobretudo em contextos de dominação. Em *O Canto da Lua*, a cultura Tupinambá não aparece como estática, mas sobretudo como uma rede viva de saberes, de rituais e de símbolos que dialogam com o presente e se adaptam às linguagens audiovisuais contemporâneas.

A obra exemplifica bem essa concepção de Stuart Hall (1997) — de que a cultura é espaço de resistência simbólica. Ao narrar a reconexão da aldeia com a Natureza e a preservação dos saberes ancestrais, o filme evidencia como significados culturais podem ser mobilizados para afirmar identidade, fortalecer laços comunitários e contestar processos de marginalização histórica. Essa perspectiva reforça que práticas culturais — como cantos, rituais e narrativas visuais — são mais que expressões artísticas; elas são estratégias políticas e pedagógicas de resistência e de empoderamento.

Figura 2- Cena do canto dos anciãos.



Fonte: YouTube³

Além disso, Stuart Hall (1997) afirma que a cultura media tradição e inovação, e permite que grupos subalternizados recriem significados em diferentes contextos. O uso da estética do anime e de técnicas digitais em *O Canto da Lua* exemplifica essa mediação ao aproximar o imaginário Tupinambá de públicos urbanos e globais, sem comprometer sua autenticidade. Sua perspectiva também evidencia que cultura e poder são inseparáveis. No filme, o protagonismo Tupinambá na narrativa mostra que a produção

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wvxzkQPKn7c>

cultural indígena negocia representação, visibilidade e influência social, reforçando a interdependência entre identidade, memória e resistência simbólica.

O retorno da lua, mediado pelo canto dos anciãos, representa a reativação da memória cultural e da espiritualidade Tupinambá, reafirmando a cosmovisão indígena na qual humanos, animais, plantas e outros elementos naturais formam uma rede de relações interdependentes. Nessa perspectiva, a narrativa audiovisual indígena atua como um instrumento de preservação de saberes tradicionais, pois permite que práticas e valores ancestrais sejam transmitidos de geração em geração, mesmo em contextos de grande transformação social e tecnológica. Assim, além de reconstituir símbolos culturais, *O Canto da Lua* também reforça a pedagogia indígena baseada na oralidade, na prática comunitária e na observação da Natureza, consolidando processos educativos de resistência cultural.

Além disso, a representação da Natureza nos filmes indígenas transcende a questão estética, pois é profundamente simbólica e política. No curta em questão, a lua e os elementos naturais funcionam como agentes ativos que participam da narrativa, demonstrando a interdependência entre o ser humano e o meio ambiente. Essa abordagem fortalece a compreensão da ecologia como parte integral da cultura Tupinambá, e evidencia que a preservação ambiental e a valorização dos saberes ancestrais caminham lado a lado.

A combinação de elementos simbólicos ancestrais com técnicas digitais contemporâneas cria uma experiência audiovisual que educa, sensibiliza e promove engajamento social e ambiental, ampliando o impacto da memória cultural e espiritual da aldeia. Assim, *O Canto da Lua* consolida a resistência simbólica indígena, e reafirma a centralidade do território, da memória e da interdependência ecológica na vida comunitária. O retorno da lua, mediado pelo canto dos anciãos, torna-se, assim, uma metáfora poderosa da reconciliação entre tradição e inovação, reforçando a continuidade cultural e a responsabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que coloca o audiovisual indígena como instrumento estratégico de preservação e afirmação identitária.

Imaginário Tupinambá

A estética do anime *O Canto da Lua* é um elemento central que contribui para a originalidade e o impacto da obra. Ao adotar traços visuais característicos dessa

linguagem — como expressividade nos personagens, cores vibrantes e movimentos fluidos —, o filme cria uma narrativa visual envolvente que combina dinamismo contemporâneo com elementos culturais tradicionais. Essa escolha estética aproxima a obra das referências visuais familiares a jovens e públicos urbanos, facilitando a recepção da mensagem cultural e política transmitida pelos Tupinambá.

Além da dimensão comunicativa, a estética do anime permite um diálogo simbólico com a cultura indígena, porque as técnicas de animação são usadas para representar, de forma poética e sensível, a relação dos Tupinambá com a Natureza, com os ciclos lunares e com os elementos espirituais presentes na aldeia.

Figura 3 - Cena que mescla cultura tradicional e costumes urbanos



Fonte: YouTube⁴

Por exemplo, a lua e os rituais são estilizados de forma a realçar sua importância simbólica, criando uma ponte entre o imaginário tradicional e as possibilidades expressivas da animação digital. Além disso, as crianças e jovens da aldeia usam aparelhos de telefone celulares. Essa articulação reforça a ideia de que as culturas indígenas podem dialogar com linguagens globais sem perderem suas identidades próprias. Como afirma Hall (1997, p. 88), “Essas pessoas [...] são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas”.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wvxzkQPKn7c>

A utilização da estética do anime também cumpre um papel estratégico na circulação cultural e política da obra, pois, ao adotar uma linguagem visual reconhecível internacionalmente, o filme amplia seu alcance, chegando não somente à comunidade local, mas também a audiências urbanas, acadêmicas e internacionais. Isso fortalece a presença do imaginário Tupinambá no espaço público, reafirma seu protagonismo cultural e evidencia a capacidade de adaptação e inovação na produção audiovisual indígena contemporânea, mantendo viva a transmissão de saberes ancestrais e a reflexão sobre questões ecológicas e sociais.

Luta por direitos e território

Politicamente, *O Canto da Lua* constitui um ato de resistência e afirmação identitária. Conforme Paulo Freire (1987), educação e produção cultural são processos de libertação e empoderamento, pelos quais sujeitos marginalizados passam a compreender criticamente sua realidade: “A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, ‘ação cultural’ para a liberdade [...]” (Freire, 1987, p. 30). No filme, a criação da narrativa pelos Tupinambá garante o protagonismo sobre sua representação, tornando a comunidade agente ativa na construção de sentidos sobre cultura, território e espiritualidade. Esse protagonismo configura um exercício concreto de liberdade cultural, ao permitir que decidam como seus saberes, rituais e histórias são narrados e transmitidos.

Paulo Freire (1987) destaca que a educação libertadora envolve diálogo, reflexão crítica e consciência histórica. No filme, a produção audiovisual funciona como um espaço de diálogo intergeracional, no qual os mais velhos transmitem saberes ancestrais e os mais jovens aprendem a reinterpretá-los em linguagens contemporâneas, como a animação digital e a estética do anime. Esse processo evidencia que a educação indígena vai além da instrução formal, sendo também prática cultural e política que fortalece a identidade coletiva, valoriza a memória e possibilita a resistência frente a processos de marginalização e dominação externa.

Além disso, a perspectiva freiriana permite compreender o filme como uma forma de pedagogia social, na qual o audiovisual educa os membros da comunidade, mas também o público externo, pois, ao revelar valores, rituais e práticas ecológicas, *O Canto da Lua* promove consciência crítica sobre desigualdades culturais, degradação ambiental e importância da preservação dos saberes tradicionais. A criação da narrativa pelos

Tupinambá, portanto, extrapola uma ação artística, passando a ser, também, um ato educativo, político e de empoderamento comunitário, alinhando cultura e aprendizado com práticas de resistência e transformação social.

Para Freire (1987), o empoderamento cultural e educacional é indissociável da liberdade e da autonomia. Sendo assim, ao produzir sua própria narrativa audiovisual, os Tupinambá transformam o cinema em instrumento de conscientização e protagonismo, mostrando que educação, cultura e arte podem ser simultaneamente espaços de aprendizagem, resistência simbólica e afirmação identitária, fortalecendo laços comunitários e ampliando a visibilidade de sua luta por direitos territoriais, preservação ambiental e continuidade cultural.

O filme dialoga com a noção de soberania cultural, defendida por Arturo Escobar (2018), que articula política e cultura na preservação de modos de vida e saberes ancestrais frente à hegemonia global. Para este autor, a soberania cultural não se limita à proteção de tradições, mas envolve a capacidade de comunidades de definir seus próprios processos de produção simbólica, econômica e política, no sentido da resistência à imposição de valores e de práticas externos. Nesse sentido, a escolha de uma estética contemporânea em *O Canto da Lua* — combinando técnicas digitais e elementos do anime — deixa de ser apenas um recurso estético e passa a se configurar como uma estratégia deliberada de assegurar que a narrativa Tupinambá seja veiculada de forma autônoma, fortalecendo o protagonismo indígena e ampliando o impacto da mensagem em contextos urbanos e globais.

Além disso, Escobar (2018) enfatiza que a soberania cultural está diretamente relacionada à preservação de modos de vida ecologicamente corretos, à valorização do conhecimento local e à manutenção de relações equilibradas com a Natureza. Neste sentido, o curta-metragem materializa essa perspectiva ao mostrar como os saberes ancestrais e os rituais ecológicos Tupinambá são instrumentos de resistência frente à modernidade alienante, demonstrando que a cultura indígena não é uma tradição estática, mas um campo dinâmico de criação e negociação de significados.

A abordagem de Arturo Escobar (2018) também permite que compreendamos a obra como um exemplo de contra-hegemonia simbólica, pois, ao controlar sua própria narrativa audiovisual, os Tupinambá reafirmam sua autonomia cultural e política, contestam estereótipos e representações externas que historicamente marginalizam povos indígenas. O filme evidencia, portanto, que a produção cultural é simultaneamente prática

estética, pedagógica e política, funcionando como um espaço de resistência simbólica e empoderamento comunitário.

Nesse contexto, o pensamento de Ailton Krenak (2019) oferece um aprofundamento crucial, que já, para ele, a luta indígena não se restringe à demarcação de territórios, mas envolve a defesa de modos de vida, dos valores comunitários e dos saberes que estruturam a relação com o mundo natural. “A ideia de nós, humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida de existências e de hábitos (Krenak, 2019, p. 22-23). Ao colocar a narrativa Tupinambá nas mãos da própria comunidade, o filme concretiza essa ideia, afirmando que a resistência política também passa pelo controle sobre a própria representação cultural.

Figura 4- Cena que celebra a harmonia da Natureza



Fonte: YouTube⁵

O filme também cumpre um papel político ao posicionar os Tupinambá como sujeitos ativos na construção de suas próprias narrativas. Diferentemente de produções que retratam povos indígenas de forma estereotipada ou passiva, *O Canto da Lua* coloca a comunidade no centro da história, reforçando seu protagonismo cultural e político. Essa abordagem se alinha à perspectiva de Paulo Freire (1987) sobre a educação como prática de liberdade, na qual a produção de conhecimento e a expressão cultural tornam-se instrumentos de empoderamento e resistência contra processos de marginalização histórica.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vwxyzQPKn7c>

Outro aspecto relevante é a estratégia de comunicação adotada pelo filme. A escolha de uma estética contemporânea, inspirada em anime, aproxima a obra de públicos urbanos e jovens, mas também amplia o alcance de suas mensagens políticas. Ao utilizar linguagens visuais reconhecíveis globalmente, a comunidade Tupinambá consegue inserir seus discursos em espaços midiáticos mais amplos, transformando a arte em instrumento de mobilização social e de sensibilização política. Essa circulação transcultural fortalece a visibilidade da luta indígena por direitos territoriais, respeito à cultura e preservação ambiental.

Reconhecimento e valorização dos saberes indígenas

Do ponto de vista ecológico, o filme aborda a crise ambiental e a perda de vínculos com a Natureza. A lua como símbolo da sabedoria natural desaparece com o excesso de tecnologia, evidenciando a ruptura dos ciclos ecológicos. Esta perspectiva pode ser analisada a partir do conceito de "ecologia política", que reconhece a interdependência entre desigualdades sociais, exploração ambiental e políticas de desenvolvimento (Martinez-Alier, 2002). De acordo com este autor, “A partir da perspectiva da ecologia política, o encontro entre crescimento econômico, desigualdade e degradação ambiental deve ser analisado em termos de relações de poder (Tradução nossa, p. 271).

A reconexão promovida pelos rituais e cantos ancestrais sugere a necessidade de práticas sustentáveis e de respeito aos saberes tradicionais, reforçando a ideia de que conservação ambiental e justiça social estão intrinsecamente relacionadas. O filme também evidencia como a degradação ambiental impacta diretamente as comunidades indígenas, não apenas no plano físico, mas também no simbólico e cultural. A ausência da lua simboliza a desconexão entre os habitantes da aldeia e os ciclos naturais que sustentam a vida, refletindo a perda de equilíbrio ecológico provocada por modelos de desenvolvimento que priorizam a exploração econômica em detrimento da sustentabilidade

Ademais, *O Canto da Lua* sugere que a preservação ambiental está intrinsecamente ligada à memória e aos saberes tradicionais. Os cantos e rituais ancestrais desempenham um papel regulador, promovendo a reconexão com a natureza e a manutenção de práticas sustentáveis que respeitam os ciclos ecológicos. Tal abordagem está alinhada com a perspectiva de ecologia política, que entende a justiça ambiental

como uma questão que atravessa dimensões sociais, econômicas e culturais (Martínez-Alier, 2002).

Potencial dialógico do audiovisual

Outro aspecto importante é a crítica à hiperconectividade tecnológica e à alienação do mundo natural. Ao mostrar que a aldeia perde contato com a lua e, conseqüentemente, com os ciclos naturais devido ao excesso de tecnologia, o filme sugere que o mundo contemporâneo — e sobretudo o consumismo — não podem se sobrepor aos ritmos da vida natural. Essa crítica não se limita a uma reflexão poética, mas dialoga com debates contemporâneos sobre desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e impactos socioambientais, mostrando que a perda de biodiversidade e de práticas tradicionais afeta toda a sociedade (Escobar, 2018).

Além disso, a obra evidencia o potencial dialógico do audiovisual como instrumento de comunicação intercultural, que, na concepção de Maria Aparecida Bacega (2018), ele não apenas reproduz narrativas, mas atua como mediador simbólico entre culturas, promovendo compreensão mútua e circulação ética de significados. Em *O Canto da Lua*, a produção Tupinambá articula estética contemporânea e recursos digitais para transmitir saberes ancestrais a públicos urbanos e globais, criando um espaço de diálogo em que a cultura indígena é apresentada em seus próprios termos.

Bacega (2018) afirma que o audiovisual pode gerar empoderamento simbólico ao fortalecer identidades e ampliar a visibilidade de grupos marginalizados. Em *O Canto da Lua*, a preservação de cantos, rituais e práticas ancestrais, aliada à sua difusão a novos públicos, transforma a cultura Tupinambá em instrumento de resistência política e social. O filme articula tradição e modernidade, promovendo reconhecimento cultural e diálogos que superam fronteiras.

A mesma autora também ressalta a dimensão pedagógica do audiovisual como meio de articular saberes e de sensibilizar públicos diversos. Assim, o curta Tupinambá não apenas apresenta sua cultura, mas estimula a reflexão sobre valores coletivos, espiritualidade e sustentabilidade, fomentando consciência crítica diante das crises atuais. Nesse sentido, *O Canto da Lua* exemplifica o potencial formador e cidadão do audiovisual ao incentivar o reconhecimento da diversidade cultural e o engajamento na defesa dos territórios e da natureza.

Cabe destacar, ademais, que, conforme Bacega (2018, p. 39), “o consumo do audiovisual é multifacetado”. Isso nos leva a afirmar, entre outras questões, que ele tem a capacidade de construir pontes simbólicas que aproximam tradições locais e circuitos globais de circulação cultural. Neste sentido, a opção dos Tupinambá por integrar a estética do anime ao filme é expressão clara dessa ponte, por permitir que elementos de uma linguagem global sejam ressignificados a partir de uma matriz indígena.

Considerações finais

O curta-metragem *O Canto da Lua* funciona como um instrumento educativo e político-cultural ao articular narrativas visuais, simbólicas e sonoras para transmitir saberes ancestrais e valores indígenas. Ao colocar a comunidade Tupinambá no centro da criação e da representação, a obra promove a autonomia cultural e fortalece o protagonismo indígena, mostrando que o cinema e a animação podem ser instrumentos de resistência e de afirmação identitária. Essa centralidade é fundamental para que a produção não se limite a uma representação externa, mas se constitua como um espaço de expressão política e de preservação cultural, alinhando-se às ideias de Freire (1987) sobre educação libertadora e à reflexão de Krenak (2019) sobre autonomia e modos de vida indígenas.

Ao integrar cultura, política e ecologia, o filme evidencia a interdependência entre práticas culturais, gestão ambiental e direitos sociais. A narrativa alerta para os efeitos da alienação tecnológica e da desconexão com a natureza, ao mesmo tempo em que valoriza os cantos, rituais e saberes ancestrais como mecanismos de reconexão e sustentabilidade. Nesse sentido, *O Canto da Lua* contribui para a reflexão sobre ecologia política, mostrando que a preservação ambiental não pode ser dissociada da justiça social e da valorização cultural, conforme propõem Martinez-Alier (2002) e Escobar (2018).

Quando utiliza a estética contemporânea e recursos digitais, a narrativa aproxima públicos urbanos e internacionais das experiências e valores Tupinambá, ampliando a circulação cultural e política do imaginário indígena. Esse diálogo audiovisual fortalece o engajamento social, incentivando a compreensão das lutas indígenas e a reflexão sobre modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e inclusivos, em que a tecnologia atua como aliado e não como fator de alienação.

O filme exemplifica como produções audiovisuais podem atuar enquanto referências para estudos sobre resistência cultural, comunicação intercultural e ecologia política. A obra evidencia que a arte indígena contemporânea tem a capacidade de engajamento social e ambiental, articulando memória, identidade, saberes tradicionais e tecnologias modernas. Ao integrar educação, política e ecologia, o curta reforça a importância de reconhecer e valorizar os povos indígenas como protagonistas na formulação de soluções para os desafios contemporâneos, mostrando que preservação cultural, justiça social e sustentabilidade ambiental são dimensões inseparáveis para a construção de futuros mais equilibrados e inclusivos.

O uso da inteligência artificial (IA) na produção da animação de *O Canto da Lua*, no entanto, suscita uma reflexão crítica sobre os impactos tecnológicos na representação cultural indígena. Por um lado, a IA oferece ferramentas que aceleram processos de criação, possibilitam estilizações visuais complexas e democratizam o acesso a linguagens audiovisuais contemporâneas, como a estética do anime, permitindo que narrativas indígenas cheguem a públicos urbanos e internacionais de forma inovadora. Contudo, essa mesma tecnologia levanta questões importantes sobre autoria, apropriação e a preservação da autenticidade cultural.

Ao recorrer à IA, existe o risco de que o trabalho criativo indígena seja mediado por algoritmos treinados em bancos de dados que podem reproduzir estereótipos ou interpretações externas, mesmo que de forma involuntária. Nesse contexto, a centralidade do protagonismo indígena — fundamental para a resistência cultural e política, como enfatizam Freire (1987) e Krenak (2019) — precisa ser rigorosamente preservada, garantindo que decisões estéticas e narrativas permaneçam sob controle da comunidade. A tecnologia não deve substituir a experiência, os saberes ou a sensibilidade cultural, mas servir como um instrumento complementar à expressão indígena.

A dimensão ecológica também deve ser considerada na reflexão sobre o uso da IA. Processos de treinamento de algoritmos e renderização de animações demandam grande consumo energético e infraestrutura tecnológica, o que contribui para impactos ambientais, como maior emissão de gases de efeito estufa e pressão sobre recursos naturais. Esse contraste é particularmente sensível em uma obra como *O Canto da Lua*, que trata da reconexão com a natureza e da preservação dos ciclos ecológicos. A utilização da IA, portanto, precisa ser mediada por escolhas conscientes de sustentabilidade digital, alinhando inovação tecnológica à ética ambiental e aos princípios

de respeito à natureza presentes na cosmovisão Tupinambá (Martinez-Alier, 2002; Escobar, 2018).

É preciso ressaltar, contudo, que essas questões relacionadas ao uso da IA não diminuem o valor do filme nem comprometem sua potência simbólica e educativa. *O Canto da Lua* continua sendo uma obra significativa de resistência cultural, promoção do protagonismo Tupinambá e disseminação de saberes ancestrais. Dessa maneira, o filme permanece como um exemplo emblemático de como o audiovisual indígena contemporâneo pode dialogar com tecnologias modernas sem perder sua autenticidade, mantendo-se fiel à cosmovisão Tupinambá e à defesa de práticas sustentáveis e de respeito à natureza.

Referências

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Marco temporal:** entenda a ameaça aos direitos indígenas. Brasília: Apib, 2022. Disponível em: <https://apib.info/marco-temporal/>. Acesso em: 22 set. 2025.

BACCEGA, M. A Ressignificação de uma categoria de análise no estudo da narrativa teleficcional. In: Baccega, M. A.; A. C. M. Antonacci; J. Pallerano (Org.). **Comunicação, educação e consumo:** as interfaces da teleficção. São Paulo: Cátedra

BACCEGA, 2022, p. 18-41. Disponível em: <https://catedrabaccega.espm.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/eBook_interfaces-teleficcao.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.
Escobar, A. **Territories of difference:** place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **The environmentalism of the poor:** a study of ecological conflicts and valuation. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. Disponível em: <<https://dokumen.pub/qdownload/the-environmentalism-of-the-poor-a-study-of-ecological-conflicts-and-valuation-2002023626-1840649097.html>>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Tupinambá de Olivença; Gerlic, S. (dir.); Thydêwá (prod.). O canto da lua. Curta-metragem de animação, 4min22s. Bahia: Tupinambá de Olivença/Thydêwá, 2025. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=wvxzkQPKn7c>>. Acesso em: 23 set. 2025.